

# CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

## 7ª Sessão Ordinária de 2021

(Publicada no Diário Eletrônico do CNMP, Caderno Processual, de 04/05/2021, págs. 1/33)

Dia: 11/05/2021

Hora: 09:00 horas

Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público – SAF Sul, Quadra 2, Lote 3  
Brasília-DF

### PAUTA DESTA SESSÃO

#### PARTE I

1) Aprovação da Ata da 6ª Sessão Ordinária (27/04/2021).

#### PARTE II – PROCESSOS ELETRÔNICOS

##### Processos com Pedidos de Vista

##### Pedido de Vista na 15ª Sessão Ordinária de 2018 (25/09/2018)

1) Proposição nº 1.00328/2018-90

Requerente: Orlando Rochadel Moreira

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Dispõe sobre a impossibilidade de servidor ou membro do Ministério Público requerer a aposentadoria voluntária no curso de processo punitivo disciplinar.

Relator(a): Cons. Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza

##### Pedido de Vista na 6ª Sessão Ordinária de 2019 (23/04/2019)

2) Proposição nº 1.01146/2018-27

Requerente: Sebastião Vieira Caixeta

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Emenda Regimental. Acrescenta inciso ao art. 18, do RICNMP.

Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior

Pedido de Vista na 7ª Sessão Ordinária de 2019 (14/05/2019)

- 3) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo n° 1.00194/2018-16  
Requerente: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Advogado: Juliana Lemos Costa – OAB/MG n.º 118956  
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Inércia. Regulamentação de ato normativo. Lei Complementar n° 116/2011 e Lei Ordinária n.º 22.404/2016, ambas do Estado de Minas Gerais. Recomendação CNMP n° 52/2017. Realização de reuniões de conciliação para elaboração de texto final a ser publicado. Pedido de liminar.  
Relator(a): Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior  
Origem: Minas Gerais  
Vista: Cons. Sebastião Caixeta Vieira

Pedido de Vista na 17ª Sessão Ordinária de 2019 (12/11/2019)

- 4) Reclamação Disciplinar n° 1.00633/2019-62 (Recurso Interno)  
Recorrente: Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de Goiás  
Advogada: Thalita Fresneda Gomes de Castro – OAB/GO n.º 39616  
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de Goiás  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Goiás.  
Relator(a): Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Origem: Goiás  
Vista: Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos

Pedido de Vista na 2ª Sessão Ordinária de 2020 (12/02/2020)

- 5) Proposição n° 1.01141/2018-59  
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Resolução CNMP n.º 14/2006. Acréscimo do parágrafo 5º ao artigo 16. Proibição de realização de entrevista pessoal reservada nos concursos de ingresso na carreira do Ministério Público brasileiro.  
Relator(a): Cons. Luciano Nunes Maia Freire  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos

Pedido de Vista na 3ª Sessão Ordinária de 2020 (10/03/2020)

- 6) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00063/2020-44  
Requerentes: Afonso de Ligório Bezerra Junior; Alexandre Gonçalves Frazão; Alysson Michel de Azevedo Dantas; Augusto Carlos Rocha de Lima; Fabio de Weimar The; Herminio Souza Perez Junior; Izabel Cristina Pinheiro; Juliana Alcoforado de Lucena; Micaele Fortes Caddah; Patricia Antunes Martins de Oliveira; Paulo Batista Lopes Neto; Sílvio Ricardo Gonçalves de Andrade Brito  
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte  
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Ato da Procuradoria Geral de Justiça que desativou prédios de Promotorias de Justiça. Designação de membros para terem exercício em outras Comarcas. Desrespeito a regra das promoções e remoções. Pedido liminar.  
Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves  
Origem: Rio Grande do Norte  
Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedidos de Vista na 3ª Sessão do Plenário por Videoconferência (05.05.2020)

- 7) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00155/2019-81  
Requerente: Sigiloso  
Requerido: Ministério Público do Estado do Acre  
Objeto: Ministério Público do Estado do Acre. Número de servidores comissionados desproporcional ao número de servidores efetivos. Irregularidades nas nomeações. Desrespeito a princípios constitucionais.  
Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves  
Origem: Acre  
Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedidos de Vista na 4ª Sessão do Plenário por Videoconferência (12/05/2020)

- 8) Proposição nº 1.00461/2019-18  
Requerente: Lauro Machado Nogueira  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Regulamento de cursos oficiais para ingresso, formação inicial e vitaliciamento de membros do Ministério Público.  
Relator(a): Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza (redistribuído em 25/03/2021)  
Vista: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
- 9) Pedido de Providências nº 1.00511/2019-20 (Recurso Interno)  
Recorrente: Jeferson Ferreira Mendes  
Recorrido: Ministério Público do Estado de Alagoas  
Objeto: Ministério Público do Estado de Alagoas. Sugestões para melhoria da estrutura física das promotorias, melhora da comunicação institucional e adequação de quantitativo de servidores efetivos. Demora no trâmite processual. Descumprimento de prazo estabelecido na Lei de Acesso à Informação.  
Relator(a): Cons Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Alagoas

Vista: Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos

10) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00700/2019-01

Requerente: Sigiloso

Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí

Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Irregularidades. Criação de diversos cargos em comissão. Prejuízo aos aprovados em concurso público para provimento de cargos de Técnico e Analista Ministerial.

Relator(a): Cons. Sebastião Vieira Caixeta

Origem: Piauí

Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 5ª Sessão do Plenário por Videoconferência (26/05/2020)

11) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00224/2020-90

Requerentes: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Amazonas; Jussara Maria Pordeus e Silva

Requeridos: Ministério Público do Estado do Amazonas; Procuradoria Geral de Justiça

Interessado: Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Amazonas

Objeto: Ministério Público do Estado do Amazonas. Suspensão dos efeitos dos atos de convocações, a partir de edição do Decreto nº 42.100, do Governo Estadual, e dos atos de deferimento dos requerimentos de trabalho remoto. Ato nº 112.2020.PGJ. Prevenção ao COVID-19. Pedido liminar.

Relator(a): Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza

Origem: Amazonas

Vista: Cons. Rinaldo Reis Lima

Pedidos de Vista na 6ª Sessão do Plenário por Videoconferência – Continuação (16/06/2020)

12) Pedido de Providências nº 1.00312/2018-13

Requerente: Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do Estado do Amapá

Requerido: Ministério Público do Estado do Amapá

Objeto: Ministério Público do Estado do Amapá. Determinação de acesso aos autos do Procedimento Investigatório nº 0000013-71.2016.9.04.0000 aos advogados devidamente constituídos. Desrespeito a Súmula Vinculante nº 14 do Supremo Tribunal Federal. Pedido de liminar.

Relator(a): Cons. Luciano Nunes Maia Freire

Origem: Amapá

Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos

13) Proposição nº 1.00448/2018-14

Requerente: Valter Shuenquener de Araújo

Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar – ANMPM; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT; Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Ministério Público do Estado da Bahia; Ministério Público do Estado da Paraíba; Ministério Público do Estado de Alagoas; Ministério Público do Estado de Goiás; Ministério Público do Estado de Mato Grosso; Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul; Ministério Público do Estado de Minas Gerais; Ministério Público do Estado de Pernambuco; Ministério Público do Estado de Rondônia; Ministério Público do Estado de Roraima; Ministério Público do Estado de Santa Catarina; Ministério Público do Estado de Sergipe; Ministério Público do Estado de São Paulo; Ministério Público do Estado de Tocantins; Ministério Público do Estado do Acre; Ministério Público do Estado do Amapá; Ministério Público do Estado do Amazonas; Ministério Público do Estado do Ceará; Ministério Público do Estado do Espírito Santo; Ministério Público do Estado do Maranhão; Ministério Público do Estado do Paraná; Ministério Público do Estado do Pará; Ministério Público do Estado do Piauí; Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte; Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul; Ministério Público do Trabalho; Ministério Público Federal; Ministério Público Militar

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Possibilidade de celebração de Termo de Ajustamento de Conduta no âmbito do Ministério Público brasileiro, no exercício do poder disciplinar.

Relator(a): Cons. Sebastião Vieira Caixeta

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Rinaldo Reis Lima

Pedido de Vista na 7ª Sessão do Plenário por Videoconferência – Continuação (30/06/2020)

14) Pedido de Providências nº 1.00800/2019-39

Requerente: Conselho Regional de Serviço Social da 3ª Região

Advogada: Sabrine Tams Gasperin – OAB/CE n.º 42.863

Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará

Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Alegação de atuação irregular de Membro da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Itapajé na área de Infância e Juventude. Alegação de ofensa referente à atuação profissional de assistente social. Suposta violação à Recomendação CNMP n.º 33/2016.

Relator(a): Cons. Luciano Nunes Maia Freire

Origem: Ceará

Vista: Cons. Rinaldo Reis Lima

Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 1ª Sessão Extraordinária de 2020 (07/07/2020)

15) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00635/2019-70 (Recurso Interno)

Recorrente: Margaret Matos de Carvalho

Advogados: Rudi Meira Cassel – OAB/DF n.º 22.256; Jean Paulo Ruzzarin – OAB/DF n.º 21006; Araceli Alves Rodrigues – OAB/DF n.º 26720; Marcos Joel dos Santos – OAB/DF n.º 21203; Pedro Henrique Fernandes Rodrigues – OAB/DF n.º 42.804

Recorrido: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Objeto: Membro do Ministério Público do Trabalho. Reclamação Disciplinar n.º 1.00319/2019-99. Manifestação em rede social. Conteúdo ofensivo ao Presidente da Câmara dos Deputados.

Relator(a): Cons. Luciano Nunes Maia Freire

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior

Pedido de Vista na 13ª Sessão Ordinária de 2020 (08/09/2020)

16) Consulta nº 1.00838/2018-11

Requerente: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte

Interessados: Anísio Marinho Neto; Associação do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte – AMPERN; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Associação dos Delegados de Polícia do Brasil – ADEPOL

Advogado: George Melão – OAB/SP n.º 384.804

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Consulta. Exigibilidade de instauração de Procedimento Investigatório Criminal. Interesse do membro em realizar investigação direta nos autos do inquérito policial.

Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves

Origem: Rio Grande do Norte

Vista: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedidos de Vista na 15ª Sessão Ordinária de 2020 (13/10/2020)

17) Pedido de Providências nº 1.00675/2019-58

Requerente: Lilia Emilia Ferreira

Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás

Interessado: Pedro Eugenio Beltrame Benatti

Advogado: Alexandre Iunes Machado – OAB/GO n.º 17275

Objeto: Ministério Público do Estado de Goiás. Desconstituição de atos realizados. Inquérito Civil Público nº 005/2019 – Autos 2019.0008.4667. Irregularidades em busca e apreensão. Pedido de impedimento e suspeição de membro da 5ª Promotoria de Justiça de Caldas Novas. Pedido liminar.

Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Origem: Goiás

Vista: Cons. Rinaldo Reis Lima

18) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00158/2020-03 (Processo Sigiloso)

Requerente: Jaime Romaquelli

Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Controle do Ato nº 256/2019-PGJ. Suspensão da nomeação de Promotores para atuação na esfera judicial, através do GAECO. Proibição de atuação de membros do GAECO na fase Judicial desacompanhados do Promotor Natural. Determinação para criação de Promotorias Criminais com atribuições ao crime organizado, para atuação perante o Órgão Judicial. Pedido Liminar.

Relator(a): Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Origem: Mato Grosso

Vista: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza

Pedido de Vista na 16ª Sessão Ordinária de 2020 (27/10/2020)

19) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00214/2020-46

Requerente: Estado da Bahia

Advogado: Ruy Sergio Deiro da Paixão – OAB/BA nº 8130

Requerido: Milane de Vasconcelos Caldeira Tavares

Advogado: Manoel Joaquim Pinto Rodrigues da Costa – OAB/BA nº 11.024

Interessado: Ministério Público do Estado da Bahia

Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Disseminação de coronavírus (COVID-19). Recomendação 003/2020 emitida pela 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso. Contrariedade às recomendações expedidas pela Organização Mundial da Saúde e ao regular funcionamento do Poder Executivo.

Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos

Origem: Bahia

Vista: Cons. Luciano Nunes Maia Freire  
Cons. Sandra Krieger Gonçalves

Pedido de Vista na 18ª Sessão Ordinária de 2020 (24/11/2020)

20) Pedido de Providências nº 1.00104/2020-66

Requerente: Soliana Figueiredo dos Santos Silva

Requerido: Ministério Público Federal

Objeto: Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Município de Uberlândia. Transporte escolar no município de Araguari. Idade máxima de veículos.

Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos

Origem: Minas Gerais

Vista: Cons. Sebastião Vieira Caixeta

Pedidos de Vista na 5ª Sessão Ordinária de 2021 (13/04/2021)

- 21) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00028/2019-73  
Requerente: Liana Maria Melo Lages  
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí  
Interessado: Eloi Pereira de Sousa Junior  
Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Controle da Resolução CPJ-PI nº 03/2018. Determinação para que a 56ª Promotoria de Justiça de Teresina se abstenha de atuar no controle externo da atividade policial. Realização de inspeções nas delegacias e batalhões militares. Participação em audiências de instrução e julgamento junto as 7ª e 8ª Varas Criminais de Teresina. Pedido liminar.  
Relator(a): Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Origem: Piauí  
Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Cons. Rinaldo Reis Lima
- 22) Pedido de Providências nº 1.00448/2020-75  
Requerente: Misael Silva Nogueira  
Requerido: Ministério Público do Estado do Amapá  
Objeto: Ministério Público do Estado do Amapá. Irregularidades. Pagamento de subsídios de membros. Valores acima do teto constitucional. Vedação ao recebimento de vantagens e auxílios ao subsídio.  
Relator(a): Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Origem: Amapá  
Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
- 23) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00657/2020-37  
Requerente: Abel José Rodrigues Neto  
Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão  
Interessados: Eduardo Jorge Hiluy Nicolau; Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão  
Advogada: Isabella Bogea de Assis – OAB/MA nº 11.932  
Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Anulação. Portarias nº 66572020, nº 66322020, nº 66652020 e nº 66662020, editadas pelo Procurador-Geral de Justiça. Designação de Promotor. Desrespeito ao princípio do Promotor Natural. Pedido liminar.  
Relator(a): Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior  
Origem: Maranhão  
Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Cons. Luciano Nunes Maia Freire



- 24) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00838/2020-72  
Requerente: Antonio Sergio Tonet  
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Interessado: Associação Mineira do Ministério Público – AMMP  
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Requerimento de suspensão do desconto da contribuição previdenciária sobre determinadas parcelas. Recurso à Câmara de Procuradores de Justiça. Indeferimento. Incidência da contribuição previdenciária sobre os valores pagos a título de PAE e ATS e de restituição dos valores descontados. Pedido de liminar.  
Relator(a): Cons. Luciano Nunes Maia Freire  
Origem: Minas Gerais  
Vista: Cons. Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto

Pedidos de Vista na 6ª Sessão Ordinária de 2021 (27/04/2021)

- 25) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00168/2020-58  
Requerente: Francisco Yukio Hayashi  
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina  
Objeto: Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação). Acordo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Estado da Fazenda. Acesso ao Sistema de Administração Tributária. Indeferimento de pedido.  
Relator(a): Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Origem: Santa Catarina  
Vista: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
- 26) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00674/2020-65  
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Interessado: Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Inércia e excesso de prazo. Inquérito Civil nº 0223.14.001344-0. Informações colhidas na RIEP nº 1.00116/2020-18. Portaria GAB-OLRJ/CNMP nº 5/2020.  
Relator(a): Cons. Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto  
Origem: Minas Gerais  
Vista: Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos  
Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior

- 27) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.01026/2020-53  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco  
Interessado: Membro do Ministério Público do Estado de Pernambuco  
Advogado: Leonardo Sales de Aguiar – OAB/PE n.º 24583  
Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Procedimento Administrativo Disciplinar n.º 001/2018. Reclamação Disciplinar nº 1.00833/2018-43. Recebimento de vantagens indevidas para beneficiar réus em ações e execuções penais. Concessão de aposentadoria voluntária antes de julgamento de recurso. Perda de objeto.  
Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves  
Origem: Pernambuco  
Vista: Cons. Luciano Nunes Maia Freire
- 28) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.01045/2020-99 (Embargos de Declaração)  
Embargantes: Ministério Público do Estado da Paraíba; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP  
Embargado: Ministério Público do Trabalho  
Objeto: Ministério Público do Estado da Paraíba. Denúncia anônima relativa à suposta prática de “assédio moral por sobrecarga de trabalho” em face de servidores estatutários do Poder Judiciário estadual. Alegação de invasão de atribuições por parte do Parquet laboral. Pedido de liminar.  
Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves  
Origem: Paraíba  
Vista: Cons. Rinaldo Reis Lima  
Cons. Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto
- 29) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00464/2021-30  
Requerente: Federação Nacional dos Servidores dos Ministérios Públicos Estaduais – FENAMP  
Advogado: Rudi Meira Cassel – OAB/DF n.º 22.256  
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás  
Objeto: Ministério Público do Estado de Goiás. Afastamento de servidor para desempenho de mandato classista. Liminar em sede de decisão judicial que concedeu afastamento sem prejuízo de remuneração. Processo Administrativo nº 202000121382, objetivando a imposição de ressarcimento ao erário durante a vigência da medida liminar. Solicitação de compensação de horas como providência menos gravosa. Pedido de liminar.  
Relator(a): Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Origem: Goiás  
Vista: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Cons. Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto

Processos com pedido de vista regimental cancelado em razão de fim de mandato

30) Proposição nº 1.00056/2017-10

Requerente: Conselheiro Cláudio Henrique Portela do Rego

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Obrigatoriedade de correções e inspeções no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados. Sistema de Avaliação pelas Corregedorias. Aferição de eficácia social. Sistema Nacional de Correções e Inspeções.

Relator(a): Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior

Origem: Distrito Federal

31) Proposição nº 1.00107/2018-76

Requerente: Marcelo Weitzel Rabello de Souza

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Emenda Regimental. Alteração do art. 7º, § 3º e do art. 54, § 1º, do Regimento Interno do CNMP.

Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos

Origem: Distrito Federal

32) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00313/2018-77

Requerente: Associação Paraibana da Advocacia Municipalista

Advogado: Marco Aurelio de Medeiros Villar – OAB/PB n.º 12.902

Requerido: Ministério Público do Estado da Paraíba

Interessados: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Ordem dos Advogados do Brasil-Seccional da Paraíba

Advogado: Rafael Barbosa de Castilho – OAB/DF n.º 19.979

Objeto: Ministério Público do Estado da Paraíba. Controle. Recomendações para rescisões de contratos de prestação de serviços jurídicos firmados entre sociedades de advogados e Prefeituras. Desrespeito à Recomendação CNMP nº 36/2016. Determinação de não instauração de inquéritos e/ou Ações Cíveis Públicas por haver contratos firmados entre advogados e Municípios. Pedido liminar.

Relator(a): Cons. Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto

Origem: Paraíba

33) Proposição nº 1.00509/2018-25

Requerente: Valter Shuenquener de Araújo

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Emenda Regimental. Acréscimo do inciso XX ao art. 5º, do RICNMP. Competência do Plenário para afastar, por inconstitucionalidade, e observada a maioria absoluta de seus membros, a aplicação de Lei aproveitada como base de ato administrativo objeto de controle.

Relator(a): Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior

Origem: Distrito Federal

- 34) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00520/2018-21 (Recurso Interno)  
Recorrente: Germano Cardoso Sociedade Individual de Advocacia  
Recorrido: Ministério Público do Estado do Maranhão  
Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Representação junto ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão. Alegação de que a contratação de escritório de advocacia por inexigibilidade de licitação é ilegal e lesiva ao patrimônio público. Descumprimento da Recomendação CNMP nº 36/2016. Pedido liminar.  
Relator(a): Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior  
Origem: Maranhão
- 35) Proposição nº 1.00891/2018-03  
Requerentes: Erick Venâncio Lima do Nascimento; Leonardo Accioly da Silva  
Interessado: Associação Brasileira dos Advogados Previdenciários  
Advogado: Donne Pisco – OAB/DF nº 22.812  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Não intervenção do Ministério Público em contratos particulares firmados entre advogados e seus constituintes. Ausência de interesse de incapazes, interesse público ou social.  
Relator(a): Cons. Luciano Nunes Maia Freire  
Origem: Distrito Federal
- 36) Reclamação Disciplinar nº 1.01129/2018-07 (Recurso Interno)  
Recorrente: Ricardo Paes Sandre  
Advogado: Adilson Ramos Junior – OAB/GO nº 11550  
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de Goiás  
Advogado: Alexandre Iunes Machado – OAB/GO nº 17275  
Objeto: Reclamação disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Goiás.  
Relator(a): Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior  
Origem: Goiás

#### Processos Remanescentes

#### Incluído na Pauta da 21ª Sessão Ordinária (14/11/2017)

- 37) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00447/2017-70 (Recurso Interno)  
Recorrente: Fábio George Cruz da Nóbrega  
Recorrido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte  
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Resolução n. 078/2017 – PGJ/RN. Regulamentação da conversão em pecúnia de férias e licenças-prêmio não gozadas por necessidade do serviço. Necessidade de serviço. Presunção. Arguição de nulidade da referida Resolução. Pedido de liminar.  
Relator(a): Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Origem: Rio Grande do Norte

Incluído na Pauta da 2ª Sessão Ordinária (26/02/2019)

38) Proposição n.º 1.01083/2018-09

Requerentes: Erick Venâncio Lima do Nascimento; Leonardo Accioly da Silva

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Emenda Regimental. Alteração do artigo 12, da Resolução n.º 92. Regimento Interno.

Relator(a): Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza

Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 13ª Sessão Ordinária (10/09/2019)

39) Proposição n.º 1.00956/2018-39

Requerente: Fábio Bastos Stica

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Emenda Regimental. Alteração do art. 24 do RICNMP.

Relator(a): Cons. Sebastião Vieira Caixeta

Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 18ª Sessão Ordinária (26/11/2019)

40) Proposição n.º 1.01065/2017-37

Requerentes: Erick Venâncio Lima do Nascimento; Leonardo Accioly da Silva

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Atuação dos membros do Ministério Público na responsabilização civil e penal de advogados públicos ou privados emissores de pareceres técnicos.

Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Origem: Distrito Federal

41) Proposição n.º 1.00972/2018-03

Requerentes: Gustavo do Vale Rocha; Valter Shuenquener de Araújo

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Uso do nome social pelas pessoas trans, travestis e transexuais usuárias dos serviços ministeriais pelas partes, procuradores, membros, servidores, estagiários e trabalhadores terceirizados do Conselho Nacional do Ministério Público e do Ministério Público brasileiro, em todos os seus ramos.

Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos

Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 1ª Sessão Ordinária (11/02/2020)

42) Proposição n.º 1.00146/2019-90

Requerente: Sebastião Vieira Caixeta

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Regulamentação no âmbito do Ministério Público da responsabilização administrativa de pessoas jurídicas por atos contra a administração pública, nos termos da Lei n.º 12.846/2013.

Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves

Origem: Distrito Federal

- 43) Proposição nº 1.00393/2019-23  
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Emenda Regimental. Modifica o § 3º, acrescenta o § 4º e renumera os antigos §§ 4º e 5º do art. 77, do RICNMP.  
Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves  
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 5ª Sessão do Plenário por Videoconferência (26/05/2020)

- 44) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.01100/2017-27  
Requerente: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Requeridos: Ministério Público Federal; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão  
Interessados: Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira; Sergio Gardenghi Suiama  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Nota Técnica n.º 11/2017/PCDF/MPF. Proteção à criança e ao adolescente. Atuação dos Ministérios Públicos estaduais.  
Relator(a): Cons. Luciano Nunes Maia Freire  
Origem: Distrito Federal
- 45) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.01105/2017-03  
Requerentes: Anna Maria Amarante Brancio; Marya Olimpia Ribeiro Pacheco; Renato Barão Varalda  
Requeridos: Ministério Público Federal; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão  
Interessados: Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira; Sergio Gardenghi Suiama  
Objeto: Ministério Público Federal. Conflito de atribuições entre a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e a Justiça Estadual. Edição de Nota Técnica n.º 11/2017/PFDC/MPF. Matéria da infância e juventude.  
Relator(a): Cons. Luciano Nunes Maia Freire  
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 1ª Sessão Extraordinária (07/07/2020)

- 46) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00918/2019-58  
Requerente: Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas  
Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas  
Objeto: Ministério Público do Estado do Amazonas. Recomendação Conjunta n.º 0001.2019-PGJ/CGMPAM. Atuação de membros nos processos de habilitação de casamento e processos de conversão de união estável em casamento.  
Relator(a): Cons. Luciano Nunes Maia Freire  
Origem: Amazonas

Incluídos na Pauta da 13ª Sessão Ordinária (08/09/2020)

- 47) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00483/2020-85  
Requerente: Misael Silva Nogueira  
Requeridos: Ministério Público do Estado do Acre; Ministério Público do Estado do Amapá  
Objeto: Ministério Público do Estado do Acre. Ministério Público do Estado do Amapá. Irregularidades no pagamento de auxílio saúde. Pagamento mediante comprovação de gastos. Pedido liminar.  
Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves  
Origem: Amapá
- 48) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00494/2020-83  
Requerente: Misael Silva Nogueira  
Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas  
Objeto: Ministério Público do Estado do Amazonas. Irregularidades. Pagamento. Auxílio Saúde. Proibição de penduricalhos e auxílios ao subsídio dos membros do Ministério Público brasileiro.  
Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves  
Origem: Amazonas

Incluído na Pauta da 16ª Sessão Ordinária (27/10/2020)

- 49) Reclamação Disciplinar nº 1.00591/2019-97 (Recurso Interno)  
Recorrentes: José Renan Vasconcelos Calheiros; Rogerio Correia de Moura Baptista  
Recorridos: Membros do Ministério Público Federal  
Advogados: Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF n.º 34.673; Luiz Roberto Fonseca Silva – OAB/SP n.º 351939; Marcio Fernando Elias Rosa – OAB/SP n.º 83.744  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público Federal.  
Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves  
Origem: Paraná

Incluído na Pauta da 17ª Sessão Ordinária (10/11/2020)

- 50) Proposição nº 1.00404/2020-72  
Requerente: Sandra Krieger Gonçalves  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Disciplina o uso da expressão “Ministério Público” e sua abreviatura como componente da denominação pública ou coletiva por entidades privadas.  
Relator(a): Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 18ª Sessão Ordinária (24/11/2020)

- 51) Sindicância nº 1.00637/2019-87 (Recurso Interno)  
Recorrentes: Reinaldo Azambuja Silva; Rodrigo Souza e Silva  
Advogados: Gustavo Passarelli da Silva – OAB/MS nº 7602; Victoria Goncalves Bello de Faria – OAB/DF nº 61631  
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul  
Advogado: Elton Luis Nasser de Mello – OAB/MS nº 5123  
Objeto: Sindicância instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.  
Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos  
Origem: Mato Grosso do Sul
- 52) Reclamação Disciplinar nº 1.00378/2020-73 (Recurso Interno)  
Recorrente: Miguel Francisco Urbano Nagib  
Recorrido: Membro do Ministério Público Federal  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.  
Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos  
Origem: Distrito Federal
- 53) Proposição nº 1.00691/2020-93  
Requerente: Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Interessados: Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público - CONAMP; Ministério Público do Estado do Maranhão; Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Ministério Público do Estado da Bahia; Ministério Público do Estado da Paraíba; Ministério Público do Estado de Alagoas; Ministério Público do Estado de Goiás; Ministério Público do Estado de Mato Grosso; Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul; Ministério Público do Estado de Minas Gerais; Ministério Público do Estado de Pernambuco; Ministério Público do Estado de Rondônia; Ministério Público do Estado de Roraima; Ministério Público do Estado de Santa Catarina; Ministério Público do Estado de Sergipe; Ministério Público do Estado de São Paulo; Ministério Público do Estado de Tocantins; Ministério Público do Estado do Acre; Ministério Público do Estado do Amapá; Ministério Público do Estado do Amazonas; Ministério Público do Estado do Ceará; Ministério Público do Estado do Espírito Santo; Ministério Público do Estado do Paraná; Ministério Público do Estado do Pará; Ministério Público do Estado do Piauí; Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte; Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul; Ministério Público do Trabalho; Ministério Público Federal; Ministério Público Militar  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Emenda Regimental. Alteração do art. 43, § 3º do RICNMP.  
Relator(a): Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior  
Origem: Distrito Federal



Incluídos na Pauta da 2ª Sessão Ordinária (23/02/2021)

54) Pedido de Providências nº 1.00289/2019-75

Requerentes: Alcides Martins; Darcy Santana Vitobello; Domingos Savio Dresch da Silveira; Francisco Rodrigues dos Santos Sobrinho; Marcelo Antonio Muscogliati; Monica Nicida Garcia; Nivio de Freitas Silva Filho; Paulo Eduardo Bueno; Rogerio de Paiva Navarro; Sady D'Assumpcao Torres Filho; Solange Mendes de Souza

Requerido: Conselho Nacional do Ministério Público

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Alteração. Resolução CNMP nº 194/2018. Auxílio moradia aos membros. Paridade de tratamento entre os membros do Poder Judiciário e os membros do Ministério Público.

Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Origem: Distrito Federal

55) Pedido de Providências nº 1.00676/2019-01

Requerentes: Associação Nacional do Ministério Público Militar – ANMPM; Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT

Requerido: Conselho Nacional do Ministério Público

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Alteração da Resolução CNMP nº 194/2018. Inclusão de dispositivo semelhante ao § 2º do art. 2º da Resolução nº 274/2018 do Conselho Nacional de Justiça. Regulamentação de auxílio moradia aos membros do Ministério Público.

Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Origem: Distrito Federal

56) Pedido de Providências nº 1.00680/2020-95

Requerente: Associação Sergipana do Ministério Público

Advogado: Edson Luiz Campos Melo – OAB/SE nº 5644

Requerido: Ministério Público do Estado de Sergipe

Objeto: Ministério Público do Estado de Sergipe. Anulação da Resolução CPJ nº 16/2020. Determinação para que a Administração Superior do Ministério Público do Estado de Sergipe se abstenha de remeter a mencionada Resolução ao Poder Legislativo. Pedido Liminar.

Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos

Origem: Sergipe

57) Proposição nº 1.00953/2020-29

Requerentes: Marcelo Weitzel Rabello de Souza; Sebastião Vieira Caixeta; Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior

Interessado: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Implementação do "MP On-Line".

Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves

Origem: Distrito Federal

- 58) Pedido de Providências nº 1.00064/2021-98  
Requerente: Nelma Celeste Souza Silva Sarney Costa  
Advogados: Thiago Brhanner Garces Costa – OAB/MA nº 8.546; Thales Dyego de Andrade Coelho – OAB/MA nº 11.448-A  
Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão  
Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Controle de atos praticados no bojo da Ação Civil Pública por Improbidade Administrativa nº 0806828-38.2020.8.10.0029. Violação do princípio do Promotor Natural. Pedido liminar.  
Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves  
Origem: Maranhão
- 59) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00067/2021-59  
Requerentes: Luana Diniz Lírio Maciel; Rafael Maciel da Silva  
Advogado: Lucio de Almeida Braga Junior – OAB/AC nº 3.876  
Requerido: Ministério Público do Estado do Acre  
Objeto: Ministério Público do Estado do Acre. Revogação do Ato n.º 23/2020/PGJ. Determinação para que a Procuradoria Geral e a Corregedoria Geral se abstenham de editar ato de qualquer espécie que venha a tornar os requerentes substitutos automáticos entre si. Pedido liminar.  
Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Acre

Incluídos na Pauta da 3ª Sessão Ordinária (09/03/2021)

- 60) Proposição nº 1.00511/2018-30 (Embargos de Declaração)  
Embargantes: Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – AMPDFT; Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR, Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP, Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT  
Advogado: Marcelo Antonio Rodrigues Viegas – OAB/DF n.º 18503 (AMPDFT)  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Acrescenta o § 5º ao art. 1º, da Resolução CNMP nº 73/2011. Possibilidade do exercício das atividades de coaching e similares pelos membros do Ministério Público brasileiro.  
Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves  
Origem: Distrito Federal
- 61) Pedido de Providências nº 1.00994/2018-00  
Requerente: Paulo Roberto Severo Pimenta  
Requerido: Conselho Nacional do Ministério Público  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Pedido de reconsideração da decisão proferida pela Presidência do CNMP. Promoção de arquivamento. Suposta omissão da Procuradoria Geral da República em atender à solicitação de informações quanto à entrada e permanência de procuradores americanos no Brasil. Informações insatisfatórias.  
Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves  
Origem: Distrito Federal

- 62) Reclamação Disciplinar nº 1.00970/2019-96 (Recurso Interno)  
Recorrente: Marcio Luis Chila Freyesleben  
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.  
Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Minas Gerais
- 63) Proposição nº 1.00322/2020-19  
Requerente: Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Regulamentação do Regime de Plantão nos fins de semana, feriados, período noturno e em dias de ponto facultativo, no âmbito do CNMP.  
Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves  
Origem: Distrito Federal
- 64) Pedido de Providências nº 1.00153/2021-25  
Requerente: Procuradoria da República – Mato Grosso  
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso  
Interessadas: Mara Ligia Pires de Almeida Barreto; Marianne Cury Paiva  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Mato Grosso. Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Conflito negativo de atribuição. Procedimento PGR 1.00.000.019745/2020-49. Exploração de recursos minerais (cascalho) sem a devida autorização do Órgão competente. Município de Paranatinga. Ofício 91/2021-AJCA/PGR.  
Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves  
Origem: Mato Grosso

Incluídos na Pauta da 4ª Sessão Ordinária (23/03/2021)

- 65) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00840/2016-47 (Processo Sigiloso)  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão  
Advogado: Fabiano de Cristo Cabral Rodrigues Junior – OAB/MA n.º 9.472-A  
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão. Portaria CNMP-CN nº 228/2016. Descumprimento dos deveres funcionais. Conduta incompatível com o cargo. Corrupção passiva. Decisão proferida na Sindicância n.º 0.00.000.000223/2016-42.  
Relator(a): Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Origem: Distrito Federal
- 66) Proposição nº 1.00122/2020-48  
Requerente: Luciano Nunes Maia Freire  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Substituição de copos e utensílios descartáveis fabricados com matéria prima derivada do petróleo por dispositivos retornáveis duráveis ou biodegradáveis no âmbito do Ministério Público brasileiro.  
Relator(a): Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Origem: Distrito Federal

- 67) Pedido de Providências nº 1.00860/2020-77  
Requerente: Robson de Oliveira Pereira  
Advogado: Pedro Paulo Guerra de Medeiros – OAB/DF n.º 31.036  
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás  
Interessados: Sandro Henrique Silva Halfeld Barros; Sebastião Marcos Martins  
Objeto: Ministério Público do Estado de Goiás. Determinação. Impedimento de divulgação de qualquer material oriundo do PIC nº 02/2018/GAECO/MPGO. Cumprimento de decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás. Pedido liminar.  
Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos  
Origem: Goiás
- 68) Pedido de Providências nº 1.00903/2020-04 (Processo Sigiloso)  
Requerente: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro  
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público do Estado de São Paulo. Conflito negativo de atribuição. Procedimento MPRJ 2020.00057042. Possível crime de estelionato. Local de consumação do crime.  
Relator(a): Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Origem: Rio de Janeiro
- 69) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00936/2020-09  
Requerentes: Adila Maria Vicente dos Santos; Amanda Cristina Rodrigues Silva; Ana Carolina Azevedo Gomes; Ana Ligia Regnani Dal Bem; Breno da Silva Mustafa; Breno Lenza Cardoso; Bruna Gabriela Korobinski Filla; Danilo Moreira Batista; Debora Coelho; Emely Threiss da Silva; Fabio Silva Cardoso; Isabela Dias Andrade; Jhonatan Lemos Picoli; Kayan Menin Machado; Leticia Chaise; Mariana Ramos Neves; Pedro Andrade de Albuquerque Pereira; Renata Moura Miranda de Oliveira; Ricardo Galvão de Sousa Lins; Saulo Martins de Melo; Valeria Valim Mengue de Matos; Vania Cristina Lopes Camacho Meyer  
Advogada: Vania Cristina Lopes Camacho Meyer – OAB/RJ n.º 197701  
Requerido: Ministério Público do Trabalho  
Objeto: Ministério Público do Trabalho. 21º Concurso Público para ingresso no cargo de Procurador do Trabalho. Alegação de violação à Resolução 143/2017 CSMPT e à isonomia entre os candidatos. Ausência de transparência na divulgação de resultados. Irregularidades diversas em correção de provas discursivas. Desrespeito às normas de saúde e segurança. Pedido de liminar.  
Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos  
Origem: Rio de Janeiro
- 70) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00041/2021-38  
Requerentes: Formosa Supermercados e Magazine Ltda; Paulo Joaquim Santos de Oliveira  
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará  
Interessado: Membro do Ministério Público do Estado do Pará  
Advogado: Marcelo Romeu de Moraes Dantas – OAB/PA n.º 14.931  
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Revisão do Procedimento Disciplinar Preliminar (PDP) nº 041/2019-CGMP/PA. Acórdão proferido pelo Colégio de Procuradores. Decisão de arquivamento da Corregedoria Geral.  
Relator(a): Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza

Origem: Pará

71) Pedido de Providências nº 1.00058/2021-68

Requerente: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Requeridos: Ministério Público do Estado de São Paulo; Procuradoria da República – São Paulo

Interessados: Ieda Casseb Casagrande Bignardi; Karen Louise Jeanette Kahn; Marco Tulio de Sousa e Silva

Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público Federal no Estado de São Paulo. Conflito negativo de atribuição. Inquérito Policial nº 2021444-64.2020.140524. 5ª Promotoria de Justiça Criminal da Capital. Procuradoria de República – São Paulo.

Relator(a): Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Origem: São Paulo

72) Notícia de Fato nº 1.00133/2021-36 (Recurso Interno)

Recorrente: Carlos Ernandes Sampaio de Oliveira

Objeto: Notícia de Fato. Conselheiros do CNMP. Informa suposta irregularidade na atuação funcional.

Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Origem: Distrito Federal

73) Pedido de Providências nº 1.00191/2021-04

Requerente: Procuradoria da República – Rio Grande do Sul

Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul

Interessados: Juliano Stella Karam; Paulo Adair Manjabosco

Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio Grande do Sul. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Conflito negativo de atribuição. Procedimento PGR 1.00.000.021645/2020-82. Apuração de extração mineral irregular no Município Carlos Barbosa/RS. NF 01736.000.256/2020 – MPE/RS. Ofício 91/2021-AJCA/PGR.

Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves

Origem: Rio Grande do Sul

74) Pedido de Providências nº 1.00260/2021-44

Requerente: Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Mato Grosso do Sul

Advogado: Tiago Koutchin Ovelar Rosa Vitoriano – OAB/MS n.º 14707

Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Interessado: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil

Advogados: Priscilla Lisboa Pereira – OAB/DF n.º 39.915; Rafael Barbosa de Castilho – OAB/DF n.º 19.979

Objeto: Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul. Proibição de acesso às dependências do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) com aparelho celular. Prejuízo à atividade profissional de advogados. Pedido de liminar.

Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves

Origem: Mato Grosso do Sul

Incluídos na Pauta da 5ª Sessão Ordinária (13/04/2021)

- 75) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.00253/2020-70  
Requerentes: Eder Pontes da Silva; Ministério Público do Estado do Espírito Santo  
Requerido: Procuradoria da República – Espírito Santo  
Interessados: Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; Paulo Augusto Guaresqui  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Espírito Santo. Conflito de atribuições. Determinação para que a Procuradoria da República no Estado do Espírito Santo se abstenha da prática de ato de fiscalização ou acompanhamento de políticas públicas de enfrentamento ao COVID-19. Conflito com a atuação finalística do Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Pedido liminar.  
Relator(a): Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior  
Origem: Espírito Santo
- 76) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.00279/2020-91  
Requerentes: Eder Pontes da Silva; Ministério Público do Estado do Espírito Santo  
Requerido: Procuradoria da República – Espírito Santo  
Interessados: Alexandre Senra; Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; Carlos Fernando Mazzoco; Edmar Gomes Machado; Elisandra de Oliveira Olimpio; Paulo Augusto Guaresqui  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Espírito Santo. Conflito de atribuições. Suspensão da Recomendação nº 6/2020/PR-ES/Gab-EOO, editada pelo MPF/PR-ES. Determinação para que a Procuradoria da República no Estado do Espírito Santo se abstenha da prática de ato de fiscalização ou acompanhamento de políticas públicas de enfrentamento ao COVID-19. Conflito com a atuação finalística do Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Pedido liminar.  
Relator(a): Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior  
Origem: Espírito Santo
- 77) Pedido de Providências nº 1.00356/2020-77  
Requerente: Estado do Espírito Santo  
Advogado: Rodrigo Francisco de Paula – OAB/ES n.º 10.077  
Requerido: Procuradoria da República – Espírito Santo  
Interessados: Alexandre Senra; Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; Edmar Gomes Machado; Elisandra de Oliveira Olimpio; Male de Aragão Frazão; Paulo Augusto Guaresqui; Paulo Henrique Camargos Trazzi; Renata Maia da Silva  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Espírito Santo. Anulação da Recomendação nº 03/2020/PRM/CIT-COVID-19. Procedimento Administrativo nº 1.17.001.000089/2020-01. Políticas públicas para enfrentamento da pandemia de COVID-19. Pedido liminar.  
Relator(a): Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior  
Origem: Espírito Santo

- 78) Pedido de Providências nº 1.00382/2020-96  
Requerente: Weliton Virgilio Pereira  
Requerido: Ministério Público Federal  
Interessados: Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; Paulo Augusto Guaresqui  
Objeto: Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Município de Cachoeiro de Itapemirim. Recomendação n.º 3/2020/PRM/CIT Covid-19. Alegação de incompetência por parte do órgão ministerial para fiscalizar as medidas de combate à pandemia do novo coronavírus no Município de Iúna. Pedido de liminar.  
Relator(a): Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior  
Origem: Espírito Santo
- 79) Pedido de Providências nº 1.00142/2021-27  
Requerentes: Laura Gonçalves Tessler; Ministério Público Federal; Roberto Braga de Oliveira  
Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná  
Interessada: Juliana Mitsue Botome  
Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Ministério Público Federal. Conflito negativo de atribuição. Denúncia de extração irregular de areia do Rio dos Banhados, pela empresa Hobi S/A Mineração de Areia e Concreto, na localidade do Rio dos Banhados, em União da Vitória/PR. Interesse da União. 6ª Promotoria da Comarca de União da Vitória. Procuradoria da República no Município de Ponta Grossa.  
Relator(a): Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Origem: Paraná
- 80) Pedido de Providências nº 1.00151/2021-18  
Requerente: Procuradoria da República – Piauí  
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí  
Interessados: Alexandre Assunção e Silva; Carlos Rogerio Beserra da Silva  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Piauí. Ministério Público do Estado do Piauí. Conflito negativo de atribuição. Apuração de suposta irregularidade na destinação de verba pública, pelo Município de São João do Arraial/PI. Ofício 91/2021-AJCA/PGR.  
Relator(a): Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Origem: Piauí
- 81) Pedido de Providências nº 1.00193/2021-03  
Requerente: Procuradoria da República – Minas Gerais  
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Interessados: Leonardo Andrade Macedo; Renata Rodrigues Macedo Bolzan  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Minas Gerais. Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Conflito negativo de atribuição. Procedimento PGR 1.00.000.021788/2020-94. Apuração de extração mineral irregular no Município de São José da Safira/MG. Mineração de gemas sem licenciamento ambiental. Ofício 91/2021-AJCA/PGR.  
Relator(a): Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Origem: Minas Gerais

- 82) Notícia de Fato nº 1.00223/2021-27 (Recurso Interno)  
Recorrente: Elton Ronei Baron  
Objeto: Notícia de Fato. Conselheiro do CNMP. Apurar suposta irregularidade na atuação funcional.  
Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos  
Origem: Distrito Federal
- 83) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00236/2021-32  
Requerente: Florisvaldo de Jesus Silva  
Requerido: Procuradoria Geral da República  
Interessada: Maria Iraneide Olinda Santoro Facchini  
Objeto: Ministério Público Federal. Excesso de Prazo. Devolução de autos processuais por membro do MPF atuante no Superior Tribunal de Justiça. Recursos em Habeas Corpus RHC 134221 e RHC 141139.  
Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos  
Origem: Distrito Federal
- 84) Conflito de Atribuições nº 1.00378/2021-63  
Requerente: Procuradoria da República – Rio de Janeiro  
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro  
Interessados: Marcela do Amaral Barreto de Jesus Amado; Marco Otavio Almeida Mazzoni  
Objeto: Ministério Público Federal no Rio de Janeiro. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Conflito negativo de atribuição. Procedimento de Conflito de Atribuição – PGR nº 1.00.000.01969/2019-04. Apuração de suposta atividade irregular de extração de recurso mineral (saibro). Possível ocupação irregular de território em sede de área de conservação municipal. Procuradoria da República no Município de São Gonçalo. 1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva – Núcleo Magé.  
Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves  
Origem: Rio de Janeiro

Incluídos na Pauta da 6ª Sessão Ordinária de 2021 (27/04/2021)

- 85) Reclamação Disciplinar nº 1.00421/2018-40 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)  
Recorrente: Conselho Nacional do Ministério Público  
Recorridos: Membros do Ministério Público Federal  
Advogados: Paulo Maurício Braz Siqueira – OAB/DF nº 18.114; Sandra Frota Albuquerque Dino de Castro e Costa – OAB/DF nº 18.712-A  
Objeto: Revisão de decisão monocrática de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público Federal.  
Relator(a): Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Origem: Distrito Federal



- 86) Reclamação Disciplinar nº 1.00644/2018-70 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)  
Recorrente: Conselho Nacional do Ministério Público  
Recorridos: Membros do Ministério Público Federal  
Advogado: Matheus Capatti Nunes Coimbra – OAB/DF n.º 52.810  
Objeto: Revisão de decisão monocrática de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público Federal.  
Relator(a): Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Origem: Distrito Federal
- 87) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00216/2020-53  
Requerente: Maria Elda Fernandes Melo  
Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Objeto: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Suspensão do pagamento da diferença entre o subsídio do cargo de Procurador de Justiça e do cargo de Promotor de Justiça que estejam exercendo cargos em comissão ou função de confiança na Administração Superior. Anulação da Portaria nº 98/2019/PGJ. Cumprimento da Resolução CNMP nº 09/2016. Pedido liminar.  
Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Distrito Federal
- 88) Reclamação Disciplinar nº 1.00362/2020-05 (Embargos de Declaração)  
Embargante: Manoel Laeldo dos Santos Nascimento  
Advogado: Jimmy Deyglisson Silva de Sousa – OAB/MA n.º 11.426  
Embargados: Membros do Ministério Público do Estado do Tocantins  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público do Estado do Tocantins.  
Relator(a): Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Origem: Tocantins
- 89) Reclamação Disciplinar nº 1.00375/2020-02 (Recurso Interno)  
Recorrente: Eder Augusto Pinheiro  
Advogados: Angela Silva Amorim – OAB/DF n.º 58670; Luciano Felicio Fuck – OAB/DF n.º 18810  
Recorridos: Membros do Ministério Público do Estado de Mato Grosso  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público do Estado do Mato Grosso.  
Relator(a): Cons. Luciano Nunes Maia Freire  
Origem: Mato Grosso
- 90) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00492/2020-76  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Advogado: Douglas Ivanowski Kirchner – OAB/DF n.º 57332  
Interessado: Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Manifestação pública indevida. Utilização de redes sociais (Twitter) e site "Tribuna Diária". Opiniões sobre a pandemia de COVID-19. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar n.º 1.00243/2020-26. Portaria CNMP-CN nº 30/2020.  
Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves

Origem: Minas Gerais

- 91) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00516/2020-60 (Embargos de Declaração)  
Embargantes: Ministério Público Federal; Associação Nacional dos Procuradores da República  
Objeto: Ministério Público Federal. Conselho Superior. 4ª Câmara de Coordenação e Revisão. Regulamentação do serviço de distribuição dos feitos. Reclamação PGEA 1.00.001.000098/2020-91. Pedido liminar.  
Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos  
Origem: Distrito Federal
- 92) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00677/2020-26  
Requerente: Janio Viana Gama  
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará  
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Desconstituição de atos da Procuradoria Geral de Justiça. Exonerações desmotivadas de servidores efetivos que estavam ocupando cargos comissionados de Assessores de Promotoria.  
Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos  
Origem: Pará
- 93) Pedido de Providências nº 1.00787/2020-06  
Requerente: Procurador-Geral da República  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Consulta. Aplicação da Resolução CNMP nº 160, de 14 de fevereiro de 2017. Procedimento de Gestão Administrativa nº 1.00.000.008939/2020-19.  
Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos  
Origem: Distrito Federal
- 94) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00880/2020-66 (Recurso Interno)  
Recorrente: Leandro Manhaes de Lima Barreto  
Advogado: João Bosco Won Held Gonçalves de Freitas Filho – OAB/RJ n.º 131907  
Recorrido: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro  
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Desconstituição de ato administrativo. Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Determinação para o conhecimento do recurso administrativo interposto. Processo Administrativo Disciplinar Sumário nº 2020.00124085. Pedido liminar.  
Relator(a): Cons. Luciano Nunes Maia Freire  
Origem: Rio de Janeiro
- 95) Pedido de Providências nº 1.00027/2021-70  
Requerentes: Marcos Pereira Anjo Coutinho; Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Interessados: Andrea Maria Nessler Bahury; Mario Yamamura  
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Ministério Público de São Paulo. Conflito negativo de atribuições. Inquérito Policial nº 2126120-80.2018080413. 12ª Promotoria Criminal de Belo Horizonte. 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Tupã.  
Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos  
Origem: Minas Gerais

- 96) Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho n° 1.00137/2021-50  
Requerente: Ministério Público Militar  
Requerido: Ministério Público Federal  
Interessado: Antônio Pereira Duarte  
Objeto: Ministério Público Federal. Investigação, na seara criminal, da responsabilidade dos militares do Exército envolvidos nos disparos de arma de fogo contra carro de família, em Guadalupe, na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro/RJ, no dia 7 de abril de 2019. PIC 1.30.001.001521/2019-06. Decisão em sede de Reclamação para Preservação da Autonomia n.º 1.00348/2019-79. Descumprimento após não homologação de arquivamento. Pedido de liminar.  
Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos  
Origem: Rio de Janeiro
- 97) Pedido de Providências n° 1.00192/2021-50  
Requerente: Ministério Público Federal  
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco  
Interessados: André Estima de Souza Leite; Rodrigo Amorim da Silva Santos  
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado de Pernambuco. Conflito negativo de atribuição. Possível alienação irregular entre particulares de imóvel do programa governamental "Minha Casa, Minha Vida", no Município de Serra Talhada. 3ª Promotoria de Justiça de Serra Talhada. Procuradoria da República em Serra Talhada.  
Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos  
Origem: Pernambuco
- 98) Pedido de Providências n° 1.00256/2021-21  
Requerente: Procuradoria da República – Minas Gerais  
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Interessados: Leonardo Andrade Macedo; Renata Rodrigues Macedo Bolzan  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Minas Gerais. Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR 1.00.000.022235/2020-59. Apurar a responsabilidade pela recuperação de área degradada em atividade de pesquisa minerária em imóvel rural no Município de Santa Maria de Suaçuí/MG.  
Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos  
Origem: Minas Gerais
- 99) Proposição n° 1.00267/2021-20  
Requerente: Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho  
Interessado: Comissão de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Acrescenta o inciso XVIII ao art. 2º da Resolução n° 205/2019. Política Nacional de Atendimento ao Público no âmbito do Ministério Público, e revoga a Resolução n° 88/2012.  
Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos  
Origem: Distrito Federal

100) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00348/2021-20

Requerente: Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de Pernambuco

Advogado: Isabela Lins de Carvalho – OAB/PE nº 22213

Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco

Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Anulação da Resolução PGJ nº 05/2021 – MPPE. Programa de assistência à saúde suplementar, sob a forma de auxílio de caráter indenizatório, por meio de reembolso. Determinação para demonstração da dotação orçamentária para o pagamento do “auxílio saúde”. Pedido liminar.

Relator(a): Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza

Origem: Pernambuco

101) Conflito de Atribuições nº 1.00385/2021-47

Requerente: Procuradoria da República – Mato Grosso

Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Interessados: Felipe Giardini; Pompilio Paulo Azevedo Silva Neto

Objeto: Ministério Público Federal em Mato Grosso. Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Conflito negativo de atribuição. PCA-PGR nº 1.00.000.000184/2020-12. Apuração de dano ambiental pelo Município de Sinop, por exercer atividade minerária (extração de cascalho) sem a devida licença. Procuradoria da República em Sinop/MT. 3ª Promotoria de Justiça Cível de Sinop/MT.

Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves

Origem: Mato Grosso

102) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00441/2021-80

Requerente: Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Maranhão

Advogado: Marcelo José Lima Furtado – OAB/MA nº 9204

Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão

Interessado: Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão

Advogada: Isabella Boga de Assis – OAB/MA nº 11.932

Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Ato Regulamentar ATOREG – 192021 da Procuradoria Geral de Justiça. Suspensão de atendimentos presenciais. Pedido de implementação de ferramentas tecnológicas para atendimento remoto da advocacia e jurisdicionados e adequação ao Decreto Estadual nº 36.601/2021. Pedido de liminar.

Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves

Origem: Maranhão

103) Conflito de Atribuições nº 1.00479/2021-52

Requerente: Procuradoria da República – Espírito Santo

Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo

Interessados: Bruna Legora de Paula Fernandes; Male de Aragão Frazão

Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Espírito Santo. Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR 1.00.000.002528/2021-09. Representação perante a Promotoria de Justiça de Colatina a respeito da falta de zoneamento e de serviço dos Correios na região de Angelo Franchiani, patrimônio de Reta Grande, neste Município.

Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves

Origem: Espírito Santo

Processos desta Sessão (11/05/2021)

104) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00823/2018-07

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia

Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Determinação. Envio de projeto de lei à Assembleia Legislativa. Fixação legal de gratificação de 15% a todos os cargos e funções de coordenação no Ministério Público do Estado da Bahia.

Relator(a): Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza

Origem: Bahia

105) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00474/2019-23

Requerente: Maria Elda Fernandes Melo

Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Objeto: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Anulação de artigos da Portaria nº 98/PGJ/2019, bem como dos termos dos anexos das Portarias nº 210/PGJ, nº 314/PGJ, nº 397/PGJ e nº 482/PGJ. Designações de membro para oficial perante as Promotorias de Apoio Operacional. Pedido liminar.

Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos

Origem: Distrito Federal

106) Pedido de Providências nº 1.00679/2019-72

Requerente: Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União

Requerido: Conselho Nacional do Ministério Público

Interessado: Paulo Cezar dos Passos

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Regulamentação. Concessão de férias, licenças e outros afastamentos de membros do Ministério Público requisitados pela Presidência e Corregedoria do CNMP.

Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos

Origem: Distrito Federal

107) Proposição nº 1.00128/2020-70

Requerente: Valter Shuenquener de Araújo

Interessados: Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministério Público do Estado do Maranhão; Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Ministério Público do Estado da Bahia; Ministério Público do Estado da Paraíba; Ministério Público do Estado de Alagoas; Ministério Público do Estado de Goiás; Ministério Público do Estado de Mato Grosso; Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul; Ministério Público do Estado de Minas Gerais; Ministério Público do Estado de Pernambuco; Ministério Público do Estado de Rondônia; Ministério Público do Estado de Roraima; Ministério Público do Estado de Santa Catarina; Ministério Público do Estado de Sergipe; Ministério Público do Estado de São Paulo; Ministério Público do Estado de Tocantins; Ministério Público do Estado do Acre; Ministério Público do Estado do Amapá; Ministério Público do Estado do Amazonas; Ministério Público do Estado do Ceará; Ministério Público do Estado do Espírito Santo; Ministério Público do Estado do Paraná; Ministério Público do Estado do Pará; Ministério Público do Estado do Piauí; Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte; Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul; Ministério Público do Trabalho; Ministério Público Federal; Ministério Público Militar

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Disciplina a atuação extrajudicial do Ministério Público brasileiro junto aos povos e comunidades tradicionais, comunidades quilombolas e povos indígenas.

Relator(a): Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior

Origem: Distrito Federal

108) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00262/2020-61

Requerente: Misael Silva Nogueira

Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Remuneração de Membros. Alegação de violação do teto constitucional.

Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos

Origem: Mato Grosso do Sul

109) Pedido de Providências nº 1.00313/2020-28 (Recurso Interno)

Recorrente: Roberto Cardoso de Deus Cachoeira

Recorrido: Ministério Público do Estado de Sergipe

Objeto: Ministério Público do Estado de Sergipe. Atuação. Suposto caso de alienação parental. Diversos procedimentos judiciais para manutenção de guarda compartilhada. Manifestação do Ministério Público do Estado de Sergipe de indeferimento de guarda compartilhada.

Relator(a): Cons. Luciano Nunes Maia Freire

Origem: Sergipe

- 110) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00328/2020-40 (Recurso Interno)  
Recorrente: Ricardo de Almeida Prado Filho  
Recorridos: Ministério Público do Estado do Piauí; Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Piauí  
Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Desconstituição de ato administrativo praticado pela Procuradora-Geral de Justiça nos autos do processo de Gestão Administrativa nº 19.21.0378.0000209/2020-34. Restituição do pagamento dos vencimentos. Determinação de encaminhamento de documentos probatórios à perícia médica. Pedido liminar.  
Relator(a): Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Origem: Piauí
- 111) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00381/2020-32 (Embargos de Declaração) (Processo Sigiloso)  
Embargante: Membro do Ministério Público do Estado do Espírito Santo  
Advogado: Renan Sales Vanderlei – OAB/ES n.º 15.452  
Embargado: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Utilização de termos inadequados e entendimento jurídico superado em parecer proferido em processo judicial de ação de adoção. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00969/2019-34. Portaria CNMP-CN nº 15/2020.  
Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos  
Origem: Distrito Federal
- 112) Reclamação Disciplinar nº 1.00767/2020-17 (Recurso Interno)  
Recorrente: Rayana Wara Campos Armond  
Recorridos: Membros do Ministério Público do Trabalho  
Advogado: Rudi Meira Cassel – OAB/DF n.º 22.256  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público do Trabalho.  
Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos  
Origem: Minas Gerais
- 113) Reclamação Disciplinar nº 1.00930/2020-79 (Recurso Interno)  
Recorrente: Cristiano Zanin Martins  
Recorrido: Membro do Ministério Público Federal  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.  
Relator(a): Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Origem: Rio de Janeiro
- 114) Proposição nº 1.01033/2020-37  
Requerente: Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Condições diferenciadas a gestantes e lactantes, na realização de concurso público, em curso de vitaliciamento, no estágio probatório e durante o exercício das funções institucionais.  
Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves  
Origem: Distrito Federal

- 115) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01055/2020-33  
Requerente: Horacio Afonso de Figueiredo da Fonseca  
Advogado: Mauro Roberto Gomes de Mattos – OAB/RJ n.º 57.739  
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro  
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Representação por remoção compulsória de Promotor de Justiça no âmbito da Corregedoria Geral do Parquet estadual. Alegação de violação a dispositivos constitucionais. Pedido de liminar.  
Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos  
Origem: Rio de Janeiro
- 116) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01086/2020-20  
Requerente: Hortênsia Gomes Pinho  
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia  
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Resolução n.º 021/2020, do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça. Redimensionamento das Promotorias da Capital baiana. Extinção da Promotoria de Habitação e Urbanismo de Salvador. Pedido de liminar.  
Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos  
Origem: Bahia
- 117) Reclamação Disciplinar nº 1.00077/2021-01 (Embargos de Declaração) (Processo Sigiloso)  
Embargantes: Membros do Ministério Público Federal  
Advogados: André Fonseca Roller – OAB/DF n.º 20.742; Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF n.º 34.673; Fernando Gaião Torreão de Carvalho – OAB/DF n.º 20.800  
Embargado: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público Federal.  
Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima  
Origem: Distrito Federal
- 118) Pedido de Providências nº 1.00155/2021-32  
Requerente: Procuradoria da República – Pará  
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará  
Interessados: Carlos Lamarck Magno Barbosa; Sadi Flores Machado  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Pará. Ministério Público do Estado do Pará. Conflito negativo de atribuição. Procedimento PGR 1.00.000.019856/2020-55. Apuração de inadimplências de escolas situadas em municípios da Região Nordeste III (Polo Paragominas). Impossibilidade de recebimento de recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola-PDDE. Ofício 91/2021-AJCA/PGR.  
Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos  
Origem: Pará



119) Conflito de Atribuições nº 1.00337/2021-21

Requerente: Procuradoria da República – Amazonas

Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas

Interessados: Bruno Silva Domingos; Sylvio Henrique Lorena Duque Estrada

Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Amazonas. Ministério Público do Estado do Amazonas. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR nº 1.00.000.011795/2020-88. Apuração de suposta prática de nepotismo nas Escolas Municipais Indígenas João da Cruz e Aegaceu Decatacu, localizadas na Comunidade Umaricacu-II, no Município de Tabatinga/AM.

Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos

Origem: Amazonas

120) Conflito de Atribuições nº 1.00382/2021-86

Requerente: Procuradoria da República – Mato Grosso

Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Interessados: Guilherme Fernandes Ferreira Tavares; Marcos Brant Gambier Costa

Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Mato Grosso. Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR 1.00.000.005111/2020-17. Apuração de irregularidades constatadas na Gestão do Município de Torixoréu, entre o período de 01/01/2015 e 16/03/2016. Ausência de recolhimento do valor ao INSS, referente às cotas de contribuição previdenciárias descontadas dos servidores da Prefeitura Municipal de Torixoréu.

Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos

Origem: Mato Grosso

121) Conflito de Atribuições nº 1.00396/2021-45

Requerente: Procuradoria da República – Amazonas

Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas

Interessados: Thiago Pinheiro Correa; Tânia Maria de Azevedo Feitosa

Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Amazonas. Ministério Público do Estado do Amazonas. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR 1.00.000.008926/2020-40. Apuração de suposta ausência de prestação de contas pelo ex-Prefeito do Município de Itacoatiara e pelas empresas F. L Rodrigues Barreto, M. J. G. Xavier e Antonio Luiz Farias de Souza, referente ao exercício de 2016.

Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos

Origem: Amazonas

122) Conflito de Atribuições nº 1.00399/2021-06

Requerente: Procuradoria da República – Paraíba

Requerido: Ministério Público do Estado da Paraíba

Interessados: Paula da Silva Camillo Amorim; Rodrigo Gomes Teixeira

Objeto: Ministério Público Federal no Estado da Paraíba. Ministério Público do Estado da Paraíba. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR nº 1.00.000.009405/2020-18. Apuração de suposto desvio de recursos do Programa Minha Casa, Minha Vida, destinados ao Município de Sobrado/PB.

Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos

Origem: Paraíba

123)Proposição nº 1.00415/2021-60

Requerente: Marcelo Weitzel Rabello de Souza

Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público; Ministério Público do Estado do Maranhão; Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Ministério Público do Estado da Bahia; Ministério Público do Estado da Paraíba; Ministério Público do Estado de Alagoas; Ministério Público do Estado de Goiás; Ministério Público do Estado de Mato Grosso; Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul; Ministério Público do Estado de Minas Gerais; Ministério Público do Estado de Pernambuco; Ministério Público do Estado de Rondônia; Ministério Público do Estado de Roraima; Ministério Público do Estado de Santa Catarina; Ministério Público do Estado de Sergipe; Ministério Público do Estado de São Paulo; Ministério Público do Estado de Tocantins; Ministério Público do Estado do Acre; Ministério Público do Estado do Amapá; Ministério Público do Estado do Amazonas; Ministério Público do Estado do Ceará; Ministério Público do Estado do Espírito Santo; Ministério Público do Estado do Paraná; Ministério Público do Estado do Pará; Ministério Público do Estado do Piauí; Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte; Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul; Ministério Público do Trabalho; Ministério Público Federal; Ministério Público Militar

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Institui a Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e o Sistema Nacional de Proteção de Dados Pessoais do Ministério Público brasileiro, e dá outras providências.

Relator(a): Cons. Sebastião Vieira Caixeta

Origem: Distrito Federal

124)Conflito de Atribuições nº 1.00468/2021-54

Requerente: Procuradoria da República – Santa Catarina

Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina

Interessados: Eloi Francisco Zatti Faccioni; Symone Leite

Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Santa Catarina. Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR 1.00.000.012122/2019-10. Apuração de suposta ilegalidade na nomeação de servidora temporária para o exercício de função gratificada na Prefeitura Municipal de Imaruí/SC, paga com recursos do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade.

Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos

Origem: Santa Catarina

125) Conflito de Atribuições nº 1.00484/2021-29

Requerente: Procuradoria da República – Bahia

Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia

Interessados: Heliete Rodrigues Viana; Leandro Bastos Nunes

Objeto: Ministério Público Federal no Estado da Bahia. Ministério Público do Estado da Bahia. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR 1.00.000.021453/2020-76. Representação em face da Escola Baiana de Medicina e Saúde Pública, sob o argumento da possibilidade de verificação de prejuízo no resultado do vestibular de Medicina na referida instituição, em virtude de potenciais falhas tecnológicas no sistema de aplicação das provas.

Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Origem: Bahia

126) Conflito de Atribuições nº 1.00497/2021-34

Requerente: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul

Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná

Interessados: Maria Fernanda Pereira dos Santos Czaczkes; Octavio Cordeiro Noronha

Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Ministério Público do Estado do Paraná. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR 1.00.000.013030/2020-82. Apuração de crime de estelionato. Local de Consumação. Apurar crime perpetrado por pessoas não identificadas (referência: Inquérito Policial nº 0014142-22.2018.8.16.0013).

Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos

Origem: Rio Grande do Sul

127) Conflito de Atribuições nº 1.00510/2021-28

Requerente: Procuradoria da República – Bahia

Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia

Interessados: Monia Lopes de Souza Ghignone; Samir Cabus Nachef Junior

Objeto: Ministério Público Federal no Estado da Bahia. Ministério Público do Estado da Bahia. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR 1.14.004.000005/2021-94. Apuração de supostas irregularidades no processo licitatório nº 190/2019, Concorrência Pública nº 044/2019, que teve por objeto a contratação de empresa para "gestão complementar em serviços de saúde para a Fundação Hospitalar de Feira de Santana". IDEA Nº. 596.9.31117/2020.

Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos

Origem: Bahia

128) Conflito de Atribuições nº 1.00526/2021-02

Requerente: Procuradoria da República – Mato Grosso do Sul

Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Interessados: Fabricio Proença de Azambuja; Silvio Pettengill Neto

Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Mato Grosso do Sul. Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato nº 1.21.000.002344/2020-20. Apuração de descontos indevidos de parcelas referentes a empréstimo consignado em benefício previdenciário do INSS, sem autorização do titular. 25ª Promotoria de Justiça de Campo Grande. Procuradoria da República em Mato Grosso do Sul.

Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos

- Origem: Mato Grosso do Sul
- 129) Conflito de Atribuições nº 1.00541/2021-15
- Requerentes: Ministério Público do Trabalho; Procuradoria do Trabalho no Município de Niterói
- Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
- Interessados: Carla Carrubba; Fabio Luiz Mobarak Iglessia
- Objeto: Ministério Público do Trabalho no Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 000094.2021.01.006/2 – 1ª PTM de Niterói/RJ. Apuração de irregularidades em pagamento referente ao mês de dezembro e do 13º Salário de funcionários contratados da saúde do Município de Magé. MPRJ nº 2020.00978668.
- Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves
- Origem: Rio de Janeiro
- 130) Conflito de Atribuições nº 1.00552/2021-13
- Requerente: Procuradoria da República – São Paulo
- Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
- Interessados: Alberto Camiña Moreira; Karen Louise Jeanette Kahn; Supremo Tribunal Federal
- Objeto: Ministério Público Federal no Estado de São Paulo. Ministério Público do Estado de São Paulo. Conflito de atribuições. Ofício eletrônico nº 4604/2021 do Supremo Tribunal Federal. PET 4891. Apuração de irregularidades em movimentações financeiras. Empresa Tech Ion Industrial Brasil S/A. Banco Schahin.
- Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos
- Origem: São Paulo
- 131) Conflito de Atribuições nº 1.00554/2021-20
- Requerente: Ministério Público do Estado do Pará
- Requerido: Procuradoria da República – Pará
- Interessados: Daniel Henrique Queiroz de Azevedo; Nicole Campos Costa
- Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Ministério Público Federal no Estado do Pará. Notícia de Fato nº 036508-003/2020-MPPA. Representação formulada pelo Fórum de Culturas do Pará, apontando possíveis irregularidades praticadas pela Prefeitura Municipal de Belém, pela Fundação Cultural do Município de Belém – FUMBEL e pelo Conselho Municipal de Cultura de Belém, quanto à execução da Lei de Emergência Cultural "Aldir Blanc" (Lei nº 14.017/2021). Procuradoria da República – Pará/Castanhal. Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Belém.
- Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves
- Origem: Pará

132) Conflito de Atribuições nº 1.00555/2021-84

Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo

Requerido: Procuradoria da República – São Paulo

Interessados: Antonio Jose Donizetti Molina Daloia; Eduardo Antonio Taves Romero

Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público Federal no Estado de São Paulo. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR 1.00.000.014740/2020-20. Peça de Informação oriunda da Justiça do Trabalho com notícia de ato de improbidade administrativa praticado por diretores da Companhia Docas do Estado de São Paulo (CODESP).

Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos

Origem: São Paulo

133) Conflito de Atribuições nº 1.00563/2021-11

Requerente: Procuradoria da República – Amazonas

Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas

Interessados: Carlos Sérgio Edwards de Freitas; Leonardo de Faria Galiano

Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Amazonas. Ministério Público do Estado do Amazonas. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR 1.00.000.014754/2020-43. Apuração da NF n.º 038.2019.000947/MP-AM, instaurada a partir de denúncia da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMMAS, sobre invasão em APP localizada no Conjunto Residencial Vila Real em Manaus/AM.

Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves

Origem: Amazonas

134) Procedimento Avocado nº 1.00569/2021-43 (Processo Sigiloso)

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Requeridos: Membros do Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Interessados: Ministério Público do Estado de Minas Gerais; Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Avocação. Procedimento Disciplinar Administrativo – Portaria CGMO nº 76/2020. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00144/2020-44.

Relator(a): Cons. Luciano Nunes Maia Freire

Origem: Minas Gerais

135) Conflito de Atribuições nº 1.00570/2021-03

Requerente: Procuradoria da República – Mato Grosso

Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Interessados: Danilo Cardoso Lima; Frederico Siqueira Ferreira

Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Mato Grosso. Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR 1.00.000.015477/2020-96. Apuração de irregularidades e abusos praticadas pela Faculdade de Colíder – FACIDER, em Colíder/MT. Informa irregularidades com relação à rematrícula, mensalidade, valor desproporcional, taxas indevidas, abusos morais e imposição para alcançar nota na prova do ENADE.

Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Origem: Mato Grosso

136) Conflito de Atribuições nº 1.00573/2021-66

Requerente: Procuradoria da República – Paraná

Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná

Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Paraná. Ministério Público do Estado do Paraná. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR 1.00.000.015885/2020-48. Apuração de irregularidades no Programa Nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para a rede escolar pública de educação infantil. Acesso de crianças a creches e pré-escolas. Infraestrutura da rede de educação infantil. Originado do PA-PPB 1.25.000.004008/2019-38. Município de Campo Largo. MPPR-0023.19.000996-1.

Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Origem: Paraná

137) Conflito de Atribuições nº 1.00587/2021-25

Requerente: Procuradoria da República – Paraíba

Requerido: Ministério Público do Estado da Paraíba

Objeto: Ministério Público Federal no Estado da Paraíba. Ministério Público do Estado da Paraíba. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR 1.00.000.016018/2020-20. Apuração de Notícia de Fato instaurada a partir do recebimento de cópia da NF nº 002.2019.044965/MPPB. Investigação de denúncia anônima em face do Prefeito de São João do Cariri/PB, por supostas fraudes em procedimentos licitatórios envolvendo empresas de fachada.

Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos

Origem: Paraíba

138) Conflito de Atribuições nº 1.00593/2021-55

Requerente: Procuradoria da República – Rio Grande do Sul

Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul

Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio Grande do Sul. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR 1.00.000.016625/2020-90. Apurar locações/vendas e ocupações irregulares de imóveis adquiridos por particulares por meio do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) do Governo Federal. Município de Canoas/RS.

Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Origem: Rio Grande do Sul

139) Conflito de Atribuições nº 1.00608/2021-58

Requerente: Procuradoria da República – Maranhão

Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão

Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Maranhão. Ministério Público do Estado do Maranhão. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR 1.00.000.025298/2019-23. Apuração de possível prática de crime ambiental previsto no Art. 70 c/c 72, II e V, da Lei nº 9605/1998. Atividade de serraria (desdobramento de madeira), sem a licença do órgão ambiental competente. Referência: 1.19.001.000340/2019-11. Notícia-Crime 001043-029/2019.

Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves

Origem: Maranhão

140) Conflito de Atribuições nº 1.00614/2021-88

Requerente: Procuradoria da República – Goiás

Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás

Interessado: Supremo Tribunal Federal

Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Goiás. Ministério Público do Estado de Goiás. Conflito negativo de atribuições. Ação Cível Originária 2.731 Goiás do Supremo Tribunal Federal. Apuração de irregularidades na gestão de recursos públicos destinados à climatização do Centro de Convenções de Goiânia-GO.

Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves

Origem: Goiás

141) Conflito de Atribuições nº 1.00650/2021-41

Requerente: Procuradoria da República – Rio de Janeiro

Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Conflito negativo de atribuição. Procedimento PGR 1.00.000.024163/2019-41. Apuração de supostos atos de improbidade administrativa praticados pela gerente do SEBRAE. Município de Nova Friburgo/RJ. (Referência: MPRJ 2019.00339315).

Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Origem: Rio de Janeiro

**ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS**  
**Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público**